



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 00126/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00154 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Gestão e Governo Digital

**UNIDADE:** UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de informação acerca do total de cargos vagos existentes e prontos para serem ocupados, com orçamento para contratação na UNICAMP, para o segmento "PAEPE - Profissional da Tecnologia e Comunicação. Razões para a recusa indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 00126/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que as universidades não fazem parte do âmbito de atuação da UCRH. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância o ente prestou esclarecimentos complementares salientando que a autonomia das universidades está prevista na Constituição Estadual, promulgada em 05 de outubro de 1989 e orientou o cidadão a solicitar as informações requeridas no órgão setorial de recursos humanos da universidade, oportunidade em que explicou, ainda, que as informações solicitadas são encaminhadas à unidade central pelos órgãos integrantes do sistema de administração de pessoal e enviadas à imprensa oficial para publicidade informando o solicitante como proceder. O cidadão foi cientificado.
4. Considerando que o ente comunicou não possuir a informação requerida e indicou o órgão que a detém, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 17 de abril de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público